

Título: Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural

Autor: Diogo Valença de Azevedo Costa

Instituição: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Endereço eletrônico: valencadiogo@hotmail.com

Área temática: Desenvolvimento e Sociologia

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar as categorias teóricas de subdesenvolvimento e capitalismo dependente, tais como foram construídas por Florestan Fernandes. As idéias do autor são debatidas em perspectiva histórica, indicando suas formulações sobre o conceito de desenvolvimento social na década de 1950 e sua visão do papel crítico das ciências sociais no que diz respeito à superação da dependência cultural. Uma breve tentativa de emprego de tais categorias sociológicas, na interpretação de uma situação concreta e atualmente relevante, foi sugerida em relação ao Recôncavo da Bahia.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; subdesenvolvimento; capitalismo dependente; dependência cultural

Abstract: The aim of this paper is to present the theoretical categories of underdevelopment and dependent capitalism, as elaborated by Florestan Fernandes. The Author's ideas are debated in historical perspective, indicating his formulations on the concept of social development in the 1950s and his vision about the critical tasks of the social sciences for overcoming cultural dependency. A brief tentative to use these sociological categories, for interpreting a concrete as well as actually relevant situation, was suggested with relation to Bahia's Recôncavo.

Key-words: Florestan Fernandes; underdevelopment; dependent capitalism; cultural dependency

Introdução

Um dos temas centrais da obra de Florestan Fernandes (1920-1995) se concentra sobre as causas, condições e efeitos do subdesenvolvimento e sua reprodução ampliada pelos dinamismos do capitalismo dependente. Dependência e subdesenvolvimento capitalista são duas caracterizações teóricas que servem para explicar a situação dos países de origem colonial e capitalismo tardio, cujo patamar de acumulação originária de capital foi altamente prejudicado pela posição subordinada nas relações internacionais de poder, em face das nações capitalistas centrais e mais desenvolvidas. Na trajetória intelectual de Florestan Fernandes, tais idéias começaram a ser esboçadas no início da década de 1960 e alcançam uma forma mais acabada em meados dos anos 70, com a publicação de *A revolução burguesa no Brasil* (1975). Já nos anos 50, contudo, suas reflexões sociológicas sobre a questão do desenvolvimento já levavam em conta os dilemas do subdesenvolvimento e a perspectiva crítica que as ciências sociais latino-americanas e brasileiras deveriam assumir para superar a dependência econômica e cultural. O objetivo deste trabalho será apresentar a caracterização teórica avançada por Florestan Fernandes sobre o *subdesenvolvimento capitalista* ou *desenvolvimento capitalista dependente*, apontando as críticas que podem ser feitas a partir de suas contribuições à noção em voga atualmente, mas com raízes na visão desenvolvimentista da década de 1950, de desenvolvimento nacional (entendida como uma ampla frente de colaboração entre classes) e, por fim, quais os papéis das ciências sociais no Brasil e América Latina dentro dos horizontes ideológicos de enfrentamento do capitalismo dependente. As idéias aqui expostas fazem parte de uma investigação mais abrangente sobre a sociologia crítica latino-americana dos anos 1960 e 70, na qual a produção acadêmica de Florestan Fernandes será comparada com a de intelectuais como Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen (México), Orlando Fals Borda (Colômbia), Aníbal Quijano (Peru) e Gérard Pierre-Charles (Haiti), de modo que outros elementos conceituais poderão ser incorporados nos presentes apontamentos sobre o capitalismo dependente. O trabalho estará dividido em cinco partes. Na primeira, será discutido o sentido do trabalho teórico na sociologia de Florestan Fernandes como crítica das condições de subdesenvolvimento e da dependência cultural. Na segunda, será explanada a perspectiva de desenvolvimento social perfilhada por Fernandes na década de 1950, entendida como uma situação de equilíbrio instável entre as classes sociais capaz de conduzir, desde que reorientada por valores e práticas educacionais democráticos, a melhorias e conquistas para amplas camadas da população. Na terceira, serão debatidos os conceitos de subdesenvolvimento e capitalismo dependente dentro de uma visão crítica sobre as limitações analíticas e políticas da noção de desenvolvimento nacional. Na quarta, serão resgatados alguns elementos da orientação marxista de Florestan Fernandes que ajudam a compreender seu conceito de capitalismo dependente e suas ressalvas políticas em relação a diversas versões do populismo e do nacional-desenvolvimentismo nas ciências sociais brasileiras. Por último, uma tentativa de utilização das categorias teóricas de Florestan Fernandes será brevemente sugerida na interpretação sociológica do processo de implementação do Pólo Naval no Recôncavo Baiano e na Baía de Todos os Santos.

Crítica da dependência cultural e o trabalho teórico em Florestan Fernandes

As principais investigações sociológicas de Florestan Fernandes se voltam para a compreensão da moderna sociedade de classes no Brasil. Tais estudos podem ser localizados historicamente entre as décadas de 1950 e 70. O foco empírico de suas pesquisas acompanha a transição do trabalho escravo, em fins do século XIX, para a consolidação da categoria social do trabalho livre ao longo do século XX, período em que se consolidam no Brasil a ordem social competitiva, a sociedade de classes e o capitalismo. Trata-se de um processo histórico de larga duração, que afeta de maneira dramática a vida da população pobre e marginalizada, em sua grande maioria composta de negros ou de descendentes dos ex-agentes do trabalho escravo. No entanto, para Fernandes, a marginalização do negro reproduzia em escala ampliada, nas condições sociais as mais duras e precárias possíveis, o que acontecia com outros estratos do Povo em termos de subalternização e espoliação do homem pobre numa sociedade de classes

subdesenvolvida, periférica, de capitalismo dependente e com forte ranços coloniais, como é o caso do Brasil. Essa visão sociológica de Florestan Fernandes está contida em diversas de suas obras, dentre as quais podem ser destacadas: *Branços e negros em São Paulo* (2008[1955]), escrita em colaboração com Roger Bastide; *Mudanças sociais no Brasil* (2008b[1960]); *A integração do negro na sociedade de classes* (2008a[1964]); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008c[1968]); *O negro no mundo dos brancos* (2007[1972]); *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (2009[1973]); *A revolução burguesa no Brasil* (2006[1975]); *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*¹ (2010a[1976]). Ao mesmo tempo, o autor também detinha uma preocupação fundamental com a construção teórica e metodológica da sociologia e do conjunto das ciências sociais, como bem o demonstram alguns de seus livros: *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1978[1959]); *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1976[1960]); *Elementos de sociologia teórica* (1974[1970]); *A natureza sociológica da sociologia* (1980a). O esforço de investigação da sociedade brasileira e, extensivamente, da América Latina dava a base ao trabalho de reflexão teórica e de síntese das perspectivas clássicas e modernas das ciências sociais. Florestan Fernandes não acreditava que a sociologia deveria optar entre ser brasileira ou universal. Isso se configuraria como um falso problema. A questão, para ele, era de como o sociólogo da periferia poderia trazer contribuições valiosas para a teoria geral. Ele se empenhou nesse trabalho lançando-se ao estudo do caráter específico do capitalismo dependente, periférico e subdesenvolvido. De igual modo, criticava a produção sociológica que se limitava a repetir os modelos e objetivos de conhecimento traçados pelas necessidades intelectuais e políticas das nações centrais. Era o que ele costumava chamar de dependência cultural e um autor como Celso Furtado (1974), também pensador radical e de esquerda, de colonialismo mental. Para entender a construção teórica de Florestan Fernandes e suas contribuições ao conhecimento sociológico da realidade brasileira e latino-americana, será necessário reconstruir em linhas gerais sua crítica à dependência cultural e a conseqüente posição de defesa da autonomia política nas ciências sociais do Brasil e América Latina.

O caráter universal da ciência – quando confrontado com as relações de dominação entre povos, nações e classes sociais – se torna necessariamente justificativa ideológica para as relações de exploração que provocam o desenvolvimento desigual e combinado entre países ou entre os múltiplos pólos centrais e periféricos do capitalismo contemporâneo. A história das ciências sociais no Brasil do século XX está permeada por um processo inicial de transplantação cultural maciça de idéias, teorias, métodos, técnicas de pesquisa e modelos institucionais. Pode-se dizer que o mesmo ocorre em outros países latino-americanos. As categorias de análise, forjadas em outros contextos sociais, serviram como ponto de partida de nossas primeiras investigações sociológicas, antropológicas e políticas. Como primeira aproximação à realidade dos países da América Latina, os quais participam da civilização capitalista, os conceitos e modelos teóricos transplantados foram de fundamental importância. No entanto, as condições concretas das formações sociais latino-americanas apresentavam especificidades e particularidades que exigiam reelaborações conceituais de modo a enriquecer e refinar a teoria geral sobre o capitalismo. Esse foi o papel de Florestan Fernandes e outros cientistas sociais latino-americanos que, nas décadas de 1960 e 70, construíram um pensamento crítico sobre o subdesenvolvimento, o colonialismo e o capitalismo dependente, dentre os quais se destacam Orlando Fals Borda (Colômbia), Pablo González Casanova (México) e Aníbal Quijano (Peru). O mais relevante a ser enfatizado é que a investigação dos casos específicos deve estar vinculada a objetivos teóricos mais abrangentes. Esse era o intuito de Florestan Fernandes ao investigar o caso brasileiro a partir da noção de estrutura social reconstruída, seguindo as sugestões metodológicas de Marx, como um *tipo extremo*, isto é, aquele que apresenta, “em maior grau, todos os traços essenciais e característicos de certa modalidade de organização social” (Fernandes, 1978:

¹ As obras mencionadas dizem respeito às principais pesquisas sociológicas de Florestan Fernandes em que o autor se preocupou de modo mais sistemático com a fundamentação empírica. Em textos posteriores, das décadas de 1980 e 90, dado o objetivo político de seus trabalhos, essa preocupação com a fundamentação empírica sistemática é colocada em segundo plano, porém não desaparece o esforço sociológico de interpretação da sociedade brasileira. A crítica conservadora procura desqualificar os textos políticos socialistas de Florestan Fernandes como sendo de caráter militante e panfletário, porém a base de seu pensamento continua sendo sociológica e traz contribuições inestimáveis para o conhecimento da realidade brasileira.

134). É o que Marx faz em *O Capital* com a Inglaterra em face das demais economias capitalistas. A preocupação de Fernandes era, em outros termos, com a estrutura social e as mudanças históricas do capitalismo dependente, um modelo que se reproduzia de modo mais ou menos semelhante em todos os países da América Latina, respeitadas as fases específicas de seu desenvolvimento, bem como suas diferenças e particularidades. Esse aspecto mais amplo, para além das fronteiras brasileiras, do pensamento de Fernandes foi assim captado pelo historiador cubano Julio Le Riverend, num pequeno artigo datilografado, de três páginas, sem indicação de data ou local de publicação, encontrado no acervo do sociólogo paulistano. Dado o teor elucidativo da citação, ela será reproduzida integralmente:

“En los límites de su patria, sus indagaciones y sus cursos han repercutido de modo perdurable: diganlo sus alumnos y discípulos inmediatamente anteriores a 1969. Fuera de esas fronteras, sus labores, expresadas en unos diez volúmenes, constituyen un conjunto que se destaca, paso a paso, como vocación y dedicación frutíferas desde la década de los 50, a modo de fuente incitadora de reflexión, y esto no solamente en los temas siempre apasionantes del proceso histórico-social brasileño, sino también para un esfuerzo de comprensión global o, cuando menos, más abarcador, que las sociologías ‘provinciales’ precedentes, de la totalidad del continente, de ‘Nuestra América’ que dijo Martí en 1891.

Ello no se deriva unívocamente de la coherencia creciente-esencial, decisiva – entre los procesos internos y externos. A mi entender, su análisis y su escritura, desbordan las fronteras de próprio, porque, él asume un método y una teoría críticas adecuadas al tratamiento de las complejidades del crecimiento social de nuestros países, claro está que con sus diferenciaciones, sus matices y sus indudables aproximaciones.

Hay por decirlo de una vez, en las obras de Florestan Fernandes un discurso inteligible, de una historicidad plástica que, partiendo de lo específico de su tierra, lo acerca a todos nosotros. Que ello le venga de su inserción marxista es un hecho innegable y que, además, sea el corolario de un consecuente emprendimiento de búsqueda y de formulación ceñidas, del objeto de sus investigaciones no parece ciertamente requerir especial aclaración” (Le Riverend, s/d: 1).

A atividade científica de Florestan Fernandes não se desenvolve como um universalismo abstrato ou nos horizontes de uma suposta concepção de autonomia intelectual, em que o saber seria fruto exclusivo do labor teórico, conceitual e metodológico na sociologia. A própria sociologia se desenvolve como parte integrante dos processos sociais e a possibilidade da intervenção prática na sociedade dependeria de condições outras, situadas mais além do campo institucional da ciência. Esse é o significado mais preciso da crítica de Fernandes ao uso indiscriminado de modelos teóricos e conceitos transplantados das nações capitalistas centrais, sem as devidas reelaborações necessárias para o contexto específico do capitalismo dependente. Há uma interação rica e frutífera entre o geral e o particular nas investigações sociológicas de Florestan Fernandes que não se reduziriam à mera implantação de teorias, métodos e técnicas de investigação científica, de suposta validade universal. A sua meta era mais ambiciosa, a de contribuir para a construção da teoria sociológica geral ao se concentrar na investigação dos problemas do subdesenvolvimento, das nações periféricas e do capitalismo dependente. É, portanto, bastante curioso que até agora não se tenha examinado detalhadamente o seu esforço de síntese metodológica e teórico-conceitual dos clássicos e modernos da Sociologia, tal como contido em sua principal obra a esse respeito, *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1978), a partir dos horizontes ideológicos contidos em suas críticas da dependência cultural. Os interesses dos cientistas sociais brasileiros têm se dirigido, ao contrário, para os grandes teóricos da atualidade mais valorizados e reconhecidos nos contextos intelectuais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Esse interesse não representaria um mal em si mesmo, mas, se erigido acriticamente no alfa e no ômega das reflexões teóricas das ciências sociais no Brasil, ele se transformará numa fonte simultânea de alienação perene dos investigadores em relação a suas próprias realidades históricas e de dominação política indireta por intermédio dos nexos culturais entre os países centrais e as nações periféricas. Embora a síntese teórica oferecida por Florestan Fernandes esteja situada num dado momento do desenvolvimento da sociologia, em meados da década de 1950, seu estudo crítico se faz necessário e premente para que os cientistas sociais brasileiros e latino-americanos da atualidade possam superar determinadas limitações impostas pelo colonialismo mental ou pela dependência cultural. Esse seria, enfim, uma das condições *sine qua non* para enraizar as reflexões teóricas atuais dos sociólogos brasileiros na investigação dos dilemas sociais do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente, os quais se renovam sob bases ampliadas, bem como de conquistar maior autonomia em face dos centros internacionais hegemônicos.

Como crítica da dependência cultural ou do colonialismo mental, a sociologia de Florestan Fernandes esteve debruçada sobre questões fundamentais para compreender as especificidades da sociedade de classes no Brasil, podendo algumas de suas teses principais ser estendidas ao conjunto das demais nações latino-americanas, devido às semelhanças de estrutura social entre suas respectivas formações nacionais e a uma origem histórica comum, de tipo colonial. Esse esforço de desvendamento do específico na realidade brasileira pode ser apanhado, na totalidade da obra de Florestan Fernandes, já na década de 1950, fase em que seu pensamento ainda se esforçava por superar as limitações conceituais da ciência social no campo da sociologia do desenvolvimento da América Latina. Essas limitações diziam respeito, sobretudo, ao uso de categorias que refletiam mais as circunstâncias históricas dos países mais desenvolvidos, não levando em conta o sistema internacional de poder que transformava o subdesenvolvimento de alguns países na condição para a aceleração do desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas. Tudo funcionava como se o subdesenvolvimento fosse uma das etapas para se alcançar naturalmente o desenvolvimento e, desse modo, feitas algumas modificações nos campos da educação, da cultura, da mentalidade empresarial e dos trabalhadores, os países então pobres, atrasados e subdesenvolvidos iriam mais cedo ou mais tarde se tornar modernos e desenvolvidos. O conceito de desenvolvimento social, em Fernandes, supera várias dessas limitações teóricas e ideológicas ao apontar o caráter dinâmico das relações e correlações de forças entre as distintas camadas sociais, podendo conduzir a situações em que os ganhos do progresso econômico e social poderiam beneficiar apenas a uma pequena minoria, isto é, às camadas dominantes. Nesse sentido, a situação de subdesenvolvimento não seria meramente uma etapa a ser eliminada no futuro, mas a condição mesma de reprodução de um dado tipo de desenvolvimento capitalista, típico de países em posição de heteronomia ou dependência em relação às nações centrais. A sociologia de Florestan Fernandes aparece aí como uma crítica do subdesenvolvimento e da dependência, daí sua ênfase num tipo de conhecimento culturalmente adequado para a realidade brasileira. Ao mesmo tempo, seu conceito de desenvolvimento aponta elementos políticos para a luta contra a reprodução do subdesenvolvimento. A segunda parte do trabalho irá, por isso, apresentar sua noção teórica de desenvolvimento social e o papel fundamental nela desempenhado pela educação como fator de mudança social construtiva.

Florestan Fernandes e o desenvolvimento social: a educação como fator de mudança social

Os debates sobre o desenvolvimento nacional na década de 1950 estiveram presentes na elaboração das idéias sociológicas de Florestan Fernandes. Tratava-se, principalmente, de ampliar a participação democrática de diferentes camadas da sociedade brasileira e de universalizar a cidadania e os direitos sociais. Contudo, não se pode dizer que Fernandes tenha aderido a uma das variações da ideologia do nacional-desenvolvimentismo, hegemônica na época entre as forças políticas mais progressistas e elevada ao grau máximo de expressão nos quadros intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Era totalmente estranha, para Fernandes, uma ênfase acentuada no caráter autônomo e antiimperialista da burguesia brasileira, que seria, sob esse prisma, o agente principal de uma revolução democrática e nacionalista – tese essa esposada pelo Partido Comunista de então. Na verdade, sua visão dos anos 50 se voltava mais para a perspectiva de um “equilíbrio instável” entre as classes sociais, cujas brechas, aproveitadas politicamente, poderiam conduzir a uma ampliação da participação democrática, à universalização dos direitos sociais e da cidadania. Tudo dependeria da correlação de forças entre as distintas classes e camadas da sociedade brasileira. O conjunto da reflexão sociológica de Florestan Fernandes sobre a educação como processo social se situa nesse quadro mais geral de discussão sobre as possibilidades e os obstáculos ao desenvolvimento no Brasil. Suas indagações se dirigiam à educação como um fator de mudança social construtiva, isto é, tendente a realizar determinadas potencialidades inerentes aos requisitos mínimos do tipo de civilização urbano-industrial instaurada no Brasil. Os entraves ao desenvolvimento seriam mais facilmente superados se a educação pudesse se orientar para a formação de cidadãos capazes de aderir crítica e conscientemente aos desafios do planejamento dentro da nova ordem social, baseada no uso da ciência e da tecnologia para escolher as alternativas futuras. Sem tais referências históricas, a visão sociológica de Florestan Fernandes sobre a

educação pode ser extrapolada em relação a seus objetivos mais específicos e, por isso, descartada apressadamente por supostas limitações aos horizontes da ordem social competitiva e liberal-democrática. Nesse sentido, seu ideário educacional não seria muito diferente daquele dos idealizadores da Escola Nova, em especial Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, no que tange ao entendimento sobre a democratização do ensino e às funções da escola pública. Ora, ao atuar junto a esses educadores, Florestan Fernandes iria apoiar as opções políticas mais progressistas para o contexto histórico do momento, embora suas aspirações socialistas o levassem a defender posturas radicais de construção de uma ordem societária organizada em termos muito mais igualitários e democráticos quanto à universalização da cidadania e dos direitos sociais. Posteriormente, ao avançar na caracterização teórica do capitalismo dependente, essa imagem da democratização do ensino será aprofundada em termos da necessidade de uma educação popular como forma de enfrentamento da dominação capitalista. Cumpre neste momento, contudo, delinear as posições assumidas por Fernandes na década de 1950, a fim de entender como se originou sua caracterização do subdesenvolvimento capitalista e da dependência.

A síntese teórica mais completa da visão sociológica de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento social se encontra no ensaio “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”. Esse trabalho foi redigido em 1959 para servir de comunicação ao *Seminário sobre resistências à mudança: fatores que dificultam ou impedem o desenvolvimento*, realizado, sob os auspícios da UNESCO, pelo Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais². O ponto de partida da discussão de Florestan Fernandes é a distinção conceitual entre *desenvolvimento social*, *mudança social* e *evolução social*. A noção de desenvolvimento compreende os “fenômenos de mudança que ocorrem através da diferenciação estrutural e da reintegração funcional de sistemas sociais globais concretos, considerados em condições particulares de tempo e de espaço” (Fernandes, 1979b[1959]: 316-7). Seu enfoque, contudo, não é neutro, pois o *desenvolvimento* se caracteriza pela idéia de mudanças progressivas ou construtivas em relação à realização das potencialidades inscritas num dado sistema social. “Este [o desenvolvimento social] se manifesta sempre que determinado sistema social sofra modificações relevantes para a realização do tipo social que lhe seja inerente ou para o qual tenda de forma irreversível” (*Ibidem*: 317). Cada tipo social apresenta um padrão específico de diferenciação estrutural, reintegração, organização e funcionamento dinâmico. O desenvolvimento social apenas ocorre quando esse padrão se realiza sem entraves e plenamente, em certas condições de tempo e espaço. Nesse sentido, o nível de apreensão da realidade social contido no conceito de desenvolvimento é o histórico, dado que “os processos de mudança social progressiva” são apanhados “como eles transcorrem em dado sistema social em certo período de tempo” (*Ibidem*: 317). A *mudança social*, por outro lado, é um conceito mais amplo, pois se refere “a quaisquer espécies de alterações do sistema social, vistas independentemente de condições particulares de tempo e de espaço” (*Ibidem*: 317). Ela pode ser *progressiva* ou *regressiva*. Por fim, a noção de *evolução social*, assim como a de desenvolvimento, também representa uma mudança progressiva. No dizer de Fernandes, o conceito de evolução se refere “aos processos de *mudança progressiva*, que sejam relevantes para a perpetuação ou a transformação dos tipos sociais propriamente ditos, para os quais tenda, de modo variável mas constante, em virtude de seus requisitos estruturais e funcionais, determinado conjunto de sistemas sociais globais” (*Ibidem*: 317). Se o conceito de desenvolvimento abrange as transformações históricas e estruturais de um tipo social específico em determinado período de tempo, o de evolução, situado no nível *supra-histórico*, se volta para a análise dos “fenômenos de formação, duração e sucessão dos tipos sociais” (*Ibidem*: 317). A análise sociológica do subdesenvolvimento se situava no plano de conceituação do *desenvolvimento social* e não no da *evolução social*, não implicando o uso de expressões como *estruturas arcaicas* e *modernas* necessariamente a existência de uma descontinuidade, à maneira evolucionista, entre dois tipos sociais distintos que se sucedem no tempo. Na verdade, os estudos sociológicos de Florestan Fernandes

² O referido texto pode ser encontrado, como apêndice a partir da segunda edição, em Florestan Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil*, 4. ed., São Paulo: Global, 2008, p. 288-324. No presente artigo, foi consultada a edição da DIFEL, cf. Florestan Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil*, 3. ed., Rio de Janeiro, DIFEL, 1979. Sobre o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, cf. Lúcia Lippi Oliveira, “Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina”, *Sociologias*, Porto Alegre, 7(14), jul-dez, 2005, p. 110-129.

sobre as atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento nos países periféricos – tais como elaborados até fins da década de 1950 – se voltavam para a descrição, explicação e interpretação a mais concreta possível dos nexos estruturais, funcionais e dinâmicos do tipo particular de capitalismo surgido sob as condições do subdesenvolvimento e de heteronomia (ou dependência) econômica e cultural. Não cabe afirmar que ele traçasse uma linha de demarcação entre dois Brasis, o arcaico e o moderno. Embora ainda não houvesse aí uma caracterização integrada da formação social brasileira como uma “síntese de múltiplas determinações”, o tipo de abordagem estrutural-funcionalista utilizado por Florestan Fernandes não permitia que a realidade social fosse pulverizada, analiticamente, em estruturas sociais descontínuas, arcaicas e modernas, atrasadas e avançadas, subdesenvolvidas e desenvolvidas, mas encaradas no conjunto de suas múltiplas interações.

A investigação sobre as tendências do desenvolvimento social se ligava ao exame das sociedades capitalistas modernas, desenvolvidas ou subdesenvolvidas, e estava situada, para Florestan Fernandes, numa das grandes subdivisões da sociologia que ele designara, aproveitando as sugestões teóricas e metodológicas de Marx, como *sociologia diferencial* (ou *histórica*). Nesse tipo de abordagem sociológica, a estrutura social é apreendida em seu processo histórico de transformação, evidenciando-se o papel das forças sociais de conservação ou de alteração de uma dada ordem social e o modo como elas tomam consciência de suas condições de existência. A análise não se vale de um elevado nível de abstração ou generalização conceitual, como no caso da *sociologia sistemática*, prisma sob o qual podem ser focalizados determinados fenômenos de mudança social, nem da classificação e comparação de tipos sociais diversos segundo uma linha provável de seqüência temporal, como no campo da *sociologia comparada* nos estudos de evolução social³. O que interessava para Fernandes, em suas investigações sobre o desenvolvimento, era o modo de combinação particular e historicamente específico das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do sistema social das sociedades capitalistas modernas. Nos países subdesenvolvidos, esse modo de combinação particular envolvia a convivência conflituosa entre padrões arcaicos e modernos de organização social, fator impeditivo da livre realização dos requisitos mínimos de funcionamento de uma sociedade capitalista autônoma. Nesse sentido, a comparação com os países capitalistas desenvolvidos entrava em linha de conta, mais como um dos critérios para elucidar as peculiaridades da estrutura social do subdesenvolvimento, do que como uma maneira de evidenciar como o Brasil ou outras nações latino-americanas iriam alcançar o patamar de desenvolvimento do presente ou do passado – recente ou remoto – dos centros adiantados da civilização ocidental. A análise estrutural-funcionalista de Fernandes apanhava conjuntamente os fenômenos de estrutura, função e mudança social, identificando os elementos potenciais de conflito e tensão entre as forças de conservação e as de alteração da ordem social. Ao mesmo tempo, ele trabalhava com a noção de requisitos mínimos ou básicos de organização e funcionamento para a plena consolidação de determinada estrutura social. Se a sociedade brasileira caminha para a realização da ordem social baseada na ciência e na tecnologia científica, ou construção da nova civilização de caráter urbano-industrial e democrático, ela deveria preencher certas exigências básicas sem as quais esse tipo social emergente não seria possível. No seu ensaio sobre as atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento, ele esclarece quais seriam tais exigências:

“A expansão orgânica da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica requer, essencialmente, a universalização e o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana, a democratização da educação e do poder, a divulgação e a consagração de modelos racionais de pensamento e de ação, a valorização e a propagação do planejamento em matérias de interesse público etc.” (*Ibidem*: 322-30).

A universalização e democratização da educação seriam, portanto, um desses requisitos. No entanto, não bastaria apenas ampliar o acesso à formação escolarizada, mas também seria preciso mudar a qualidade da própria educação para atender às necessidades da civilização urbano-industrial e científica. Os objetivos educacionais deveriam, agora, ser direcionados para a edificação de personalidades democráticas e de cidadãos capazes de tomar posições críticas diante das opções políticas existentes na

³ Para um rápido conhecimento da conceituação e divisões da sociologia propostas pelo nosso autor, cf. Florestan Fernandes, *Ensaio de sociologia geral e aplicada*, 3. ed., São Paulo, Pioneira, 1976, p. 20-30.

moderna sociedade de classes. De igual modo, o valor da educação também residiria na possibilidade de dar suporte às propostas práticas de planejamento econômico e social democrático. Os indivíduos, ao serem capazes de discernir criticamente os interesses políticos subjacentes às diferentes concepções de planificação sócio-econômica, não se submeteriam tão facilmente às manipulações dos donos do poder e poderiam, em contraposição, formular e participar ativamente de projetos progressistas de reconstrução social. A educação, nesse sentido, poderia atuar como um dos fatores dinâmicos, dentre outros, do desenvolvimento social. “[...] os anseios de crescimento econômico e de desenvolvimento social não passam de miragens, enquanto não se amparam também em planos de reconstrução educacional” (Fernandes, 2010b[1960]: 244). Entretanto, para funcionar como um fator de desenvolvimento ou progresso social, a educação precisaria adaptar sua forma e conteúdos aos requisitos da moderna sociedade de classes e da ordem social democrática em expansão. Apenas por si mesma, a educação não se erige em fator de aperfeiçoamento humano e da civilização. Isso depende dos valores a que ela serve (Fernandes, 1966: XXI). Por isso, mesmo atuando como fator e efeito do desenvolvimento, a utilização da educação como forma de expandir a ordem democrática poderá ser apropriada e deturpada pelas camadas dominantes com o objetivo de resguardar suas posições privilegiadas nas estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade de classes ou, por outro lado, pode servir como meio de luta das camadas subordinadas para ampliar o alcance dos direitos sociais, da democratização do poder e da cultura numa ordem mais igualitária.

Tal como os demais frutos do desenvolvimento social, a educação estaria inserida nas condições de *equilíbrio instável* e disputas políticas da sociedade de classes (Fernandes, 1979b: 333), dado pelos choques e conflitos entre as camadas sociais dominantes e subordinadas. Para Fernandes, as concepções educacionais em oposição no cenário histórico brasileiro dos anos 50 refletiam o embate entre, de um lado, as posições conservadoras e tradicionalistas, herdadas do *antigo regime* senhorial e escravocrata, segundo as quais o objetivo da educação é formar as elites pensantes capazes de dirigir e organizar a nação (a exemplo da figura ilustre e tradicional do bacharel de direito) e, de outro, as posições modernas e inovadoras, voltadas para a “intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática” e, ao mesmo tempo, para preencher certas finalidades práticas inerentes à democracia, associadas com o “desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e dos deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais etc.” (Fernandes, 1979b[1954]: 113). Politicamente, nosso autor se situava no campo das tendências inovadoras e democráticas, de modo que suas posturas teóricas e metodológicas na análise do desenvolvimento social indicavam essa polarização ideológica. Num momento em que o desenvolvimento social se tornara um objetivo valorizado pelas diversas camadas sociais, cada uma delas irá interpretá-lo e persegui-lo de maneira a atender suas respectivas situações de interesses econômicos, culturais e políticos em face dos choques e conflitos com as demais classes:

“As atividades dos indivíduos, dos grupos e das instituições sociais, de importância dinâmica para a conservação ou a alteração do *status quo* na sociedade de classes, polarizam-se em torno de atitudes e motivações que relacionam os interesses e os valores sociais de cada classe ao significado patente e aos efeitos presumíveis antecipadamente das tendências à mudança social progressiva. As classes sociais dominantes procuram amparar essas tendências na medida em que elas favoreçam ou não interfiram com seus interesses e valores sociais. Isso que dizer, em outras palavras, que há ampla margem de atuação construtiva para os representantes dessas camadas sociais nos períodos de formação e de expansão da sociedade de classes. As classes sociais subordinadas apegam-se e fomentam as mesmas tendências segundo móveis sociais mais amplos e íntegros, que chegam a estimular até a emergência de atitudes radicais de defesa do desenvolvimento social. Embora nem sempre compreendam, no seu devido alcance, as inovações que redundem em ampliação das técnicas sociais de controle, revelam especial acuidade às aplicações delas que beneficiem a coletividade como um todo. Em conseqüência, a margem de atuação social construtiva dos seus componentes eleva-se, crescentemente, a partir das fases em que o capitalismo se torna uma condição negativa à expansão da sociedade de classes, limitando ou impedindo a planificação econômica, a democratização do poder e a universalização de uma ética racional igualitária” (Fernandes, 1979b[1959]: 336-7).

O conceito de desenvolvimento social é uma “categoria histórica” e envolve a maneira como os homens lutam em conjunto para definir o destino de sua sociedade, conforme os “ideais correspondentes

de organização da vida humana e de domínio ativo crescente sobre os fatores de desequilíbrio da sociedade de classes” (*Ibidem*: 337-8). A abordagem funcionalista de Florestan Fernandes servia para um momento histórico em que os objetivos mais gerais do desenvolvimento social pareciam ser compartilhados por diferentes camadas sociais, podendo-se com isso ganhar terreno para as aspirações de caráter mais igualitário das classes subordinadas. No entanto, nas situações em que uma escolha dramática entre visões de mundo em conflito se torna inevitável, essa *análise funcional* se tornaria inoperante (*Ibidem*: 322). Em relação à educação, Fernandes procurou contribuir, como bem o demonstra sua participação ativa e profunda na Campanha em Defesa da Escola Pública, para que ela se orientasse em direções mais democráticas. As análises sociológicas que realizou, principalmente em fins da década de 1950, sobre a realidade educacional brasileira possuem um forte teor político e, por isso, situam a educação em face das correlações de força entre os grupos sociais conservantistas e aqueles progressistas. O caráter da educação e do desenvolvimento social como um todo iria depender das conquistas parciais ou completas de um desses dois lados. Nosso autor assumia nesse campo posições nitidamente progressistas. Desse modo, a noção teórica de desenvolvimento social envolvia, para Fernandes, um objetivo explicitamente político, o de ampliar as conquistas sociais e os direitos de cidadania. Se, em oposição ao desenvolvimento social, a noção de subdesenvolvimento pode ser compreendida como ausência de uma distribuição mais igualitária dos ganhos do crescimento econômico ou como uma fraca universalização dos direitos sociais (educação, saúde, moradia etc.), o que está em jogo nessas duas categorias sociológicas, em Florestan Fernandes, é o caráter mesmo da estrutura social e política da sociedade de classes e não meras variáveis quantitativas macroeconômicas que sinalizam indicadores positivos de produção, consumo e investimento. O subdesenvolvimento, como conceito sociológico, pode ser reproduzido em escala ampliada, a depender da estrutura de dominação das classes sociais, mesmo que se possa falar de crescimento econômico acelerado num determinado país. No exame do vínculo entre subdesenvolvimento capitalista e dependência, as teses críticas de Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento nacional, impulsionado pela colaboração entre classes, poderão ser compreendidas com maior propriedade e confrontadas com a idéia alternativa de desenvolvimento social anticapitalista. A questão que subjaz aqui seria: no caso brasileiro, é possível um desenvolvimento social capaz de diminuir as desigualdades e injustiças sociais entre as diferentes camadas da população dentro do padrão atual de dependência econômica ou, para se alcançar um padrão minimamente igualitário de desenvolvimento social, é preciso romper com o atual padrão de dependência nas relações econômicas internacionais, de modo a forjar novos patamares mais justos de intercâmbio comercial, científico e tecnológico com outras nações, bem como quebrar a estrutura de classes da sociedade brasileira, altamente concentrador de riquezas e de privilégios? Tal questão só poderá ser ventilada após um exame mais cuidadoso das categorias de subdesenvolvimento e capitalismo dependente.

A categoria de subdesenvolvimento e capitalismo dependente

O conceito de capitalismo dependente, em Florestan Fernandes, se torna ainda mais compreensível quando o confrontamos com sua perspectiva revolucionária de transformação do Brasil e América Latina. Essa concepção de revolução se desenvolve com bastante força nos anos de 1970, período em que o nosso autor está fora dos muros da universidade brasileira por ter sido aposentado compulsoriamente de seu posto de professor da Universidade de São Paulo (USP) pela ditadura *civil*-militar. A perspectiva da revolução, para Fernandes, assume uma dimensão mundializada. Ele não se distancia da tradição clássica do que se costuma chamar de “internacionalismo proletário”. Não há dúvidas de que essa foi a sua posição ao longo dos anos em que ele falava de um conflito de vida ou morte entre capitalismo e socialismo, escrevendo na época da Guerra Fria. Como responsável pela Coleção Pensamento Socialista, da Editora HUCITEC, ele publicou na série “debates contemporâneos” um livro de sua autoria intitulado *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* (1979a), em que irá analisar o cerco capitalista que procurou confinar o *socialismo em um só país*, a Rússia, e impedir a irradiação mundial do socialismo revolucionário (Fernandes, 1979a: 82-90). O cerco capitalista nos países do centro e da periferia, o imperialismo e a contra-revolução em escala mundial conduzem ao delineamento de uma estratégia

revolucionária ampla, flexível e pluralista, na qual estejam inscritos “o combate ao imperialismo *dentro* dos países imperialistas, o internacionalismo e a revolução na periferia, o combate à pobreza no centro e na periferia, os problemas do subdesenvolvimento e da contra-revolução capitalista em escala mundial etc.” (Fernandes, 1979a: 85-6). Escrevendo em 1991, já sob o impacto da queda do Leste europeu, sobre o que seria os “fundamentos de um programa para o PT” e quais seriam os dilemas a serem superados na organização do Partido dos Trabalhadores para que ele pudesse se efetivar como um autêntico partido socialista e revolucionário, Fernandes iria continuar mantendo a sua visão internacionalista, pois, para ele, “omitido o socialismo, a civilização não contará com alternativa” (Fernandes, 1991: 28). No entanto, o processo revolucionário deve ser entendido em termos concretos, adaptando-se às especificidades das diferentes formações sociais. As estratégias e os conceitos gerais de revolução, revolução nacional, revolução democrático-burguesa, revolução permanente, revolução socialista, “revolução dentro da ordem”, “revolução contra a ordem” e contra-revolução, devem ser saturados historicamente para que possam representar a totalidade das múltiplas determinações políticas, econômicas e culturais de uma dada formação social. Desse modo é que se poderá dizer se os caminhos de construção da revolução refletem as reais potencialidades de transformação radical da sociedade ou se, ao contrário, as palavras de ordem e mobilização não passam de uma mera “fraseologia revolucionária” (Lênin), vazia de conteúdo concreto. Por isso Florestan Fernandes não tratou, em seu clássico *A revolução burguesa no Brasil*, do conceito de revolução em termos abstratos e gerais, mas toda sua discussão tomou como referência o Brasil, os países da América Latina e o capitalismo dependente. Tratava-se de empregar a perspectiva dialética da “síntese de múltiplas determinações” ou da “unidade no diverso”, de modo a se combinar o que seria geral no modo de produção capitalista e o particular no que se refere às características históricas específicas de cada formação social. O estudo da revolução burguesa no Brasil, desenvolvida num tempo histórico de larga duração, focalizando-se o processo político da Independência (1822), assume uma de suas dimensões sociológicas mais fundamentais ao ter incorporado a noção teórica de capitalismo dependente, construída a partir da realidade das nações periféricas e subdesenvolvidas.

Não é de se estranhar, portanto, que a análise de Florestan Fernandes sobre a emergência e o desenvolvimento da sociedade de classes ou capitalista no Brasil conduz diretamente à noção de *capitalismo dependente*. O que ele chama de “revolução burguesa no Brasil” se caracteriza, em oposição ao modelo de revolução democrático-burguês, como um processo essencialmente autocrático, antidemocrático, anti-social e antinacional, desembocando na demagogia populista, na ditadura militar a céu aberto ou na versão periférica da “democracia forte”, baseada na combinação de mecanismos institucionais modernos com a cooptação e práticas políticas arcaicas provenientes do mandonismo tradicional, do clientelismo e fisiologismo dos partidos da ordem e conservadores. É fundamental em Florestan Fernandes, na construção da sua noção de capitalismo dependente, a focalização das diferenças existentes entre os modelos clássicos de revolução burguesa, representados pela Inglaterra, França e Estados Unidos, os casos atípicos (Alemanha e Japão) e os dos países de origem colonial. O Brasil estaria situado neste último caso. Nas fases de emergência da “ordem social competitiva” e da sociedade de classes no Brasil, os nexos coloniais foram sendo remodelados e redefinidos em conformidade com as novas situações históricas, prolongando-se pelas etapas do neocolonialismo, do capitalismo monopolista e oligopolista da era atual. A reprodução em escala ampliada de tal realidade se baseava na apropriação dual do excedente econômico, uma parte sendo retida pelas classes burguesas ditas nacionais e outra parte drenada para o exterior. Esse padrão de exploração, típico daquilo que Florestan Fernandes caracterizou como capitalismo dependente, exigia a exacerbação da dominação política e uma correlata ultraconcentração do poder na esfera do Estado. Não se trata de uma visão economicista, mas de uma tentativa de apanhar a totalidade do processo e as relações recíprocas entre o econômico, a estrutura social, o histórico e o político. Em comparação com o modelo democrático-burguês de transformação capitalista (Inglaterra e França), o qual não exclui a dominação de classe, as sociedades de classes sob a periferia do capitalismo gestaram um modelo autocrático-burguês de transformação capitalista, indispensável para que fossem preservadas as posições heteronômicas, no mercado internacional, das nações subdesenvolvidas e dependentes. As classes trabalhadoras e as demais camadas subalternas pagavam o preço desse mecanismo de superexploração e, para tanto, elas precisavam ser mantidas sob

controle por meio da demagogia populista ou da ditadura militar a céu aberto e pelo recurso aos meios de comunicação de massa e ao consumismo alienante. A caracterização que faz Fernandes da estrutura do poder burguês no Brasil (de um modo geral, válida para o conjunto dos países dependentes da América Latina) se pauta justamente pela articulação de interesses entre as então denominadas burguesias nacionais, na verdade pró-imperialistas, e as burguesias externas. Esse resumo apertado das idéias contidas na terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil* (2006[1975]) visou apenas a sinalizar os pontos marcantes, delineados por Fernandes, do capitalismo dependente, que ele muitas vezes chamava de “capitalismo difícil e selvagem” da periferia, em especial a associação entre aceleração do crescimento econômico e elevada concentração de riqueza, aumento da miséria e expropriação das camadas populares segundo as necessidades da incorporação do País aos dinamismos do capital monopolista. A revolução burguesa, aqui e, de um modo geral, na América Latina, se fez contra os trabalhadores e a maioria da nação, assumindo, por isso, um caráter acentuadamente – e correndo-se aqui o risco de ser repetitivo e redundante – autocrático, antidemocrático, anti-social e antinacional. A consequência desse quadro histórico geral foi a de que, no Brasil e também em outros países de capitalismo dependente, não se aprofundou a “revolução dentro da ordem”. Nesse sentido, as reformas que, em tempos passados, teriam sido progressistas nos marcos restritos da órbita capitalista passam a cobrar seu peso histórico na atualidade, porém dentro de uma lógica que seria a da contestação da própria ordem capitalista. A visão teórica de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente ajuda a desvendar as alternativas históricas que se colocam para os grupos políticos em pugna pela definição ideológica e pelo controle dos rumos do desenvolvimento social.

As forças sociais em choque, dentro de tal caracterização geral, podem ser assim resumidas: em primeiro lugar, estão as forças conservantistas, cujos interesses e valores convergem para manter o padrão atual de dominação burguesa, de dependência e superexploração capitalista, aumentando-se o fosso entre ricos e pobres pela monopolização das oportunidades econômicas, políticas e culturais; em segundo, os que não contestam a ordem capitalista, mas desejam ampliar dentro dessa ordem a conquista das oportunidades econômicas, políticas e culturais para uma conjunto maior da população, edificando-se uma sociedade de classe média mais ampliada – supõe-se, igualmente, que a partir daí poderão advir mudanças mais profundas da ordem capitalista; por fim, os que desejam a subversão da ordem atual como condição para alcançar um desenvolvimento social de tipo igualitário e libertário. Em termos de superação do subdesenvolvimento relativo, apenas as duas últimas opções representam uma alternativa de mudança social construtiva. Não se deve esquecer que, quando se fala de desenvolvimento social, o que está em jogo na configuração histórica atual do Brasil e demais países latino-americanos é o desenvolvimento capitalista, isto é, o tipo de desenvolvimento baseado na exploração do trabalho vivo, na extração de mais-valia relativa, na acumulação de capital e, a partir de tais determinantes gerais, no intercâmbio econômico mundial. Esse desenvolvimento supõe a exploração da força de trabalho e a reprodução das desigualdades sociais em escala global, criando-se diversos pólos de riqueza em torno de cinturões cada vez maiores de pobreza. A proposta de um desenvolvimento nacional autônomo, dentro de tais dinamismos econômicos, não se configura como uma alternativa viável, caso se mantenha o padrão altamente concentrador da estrutura de classes sociais e sua correlata superexploração do trabalho sob o capitalismo dependente. As diversas frações de classe da burguesia, os conglomerados internacionais, o grande capital e as multinacionais, atuantes nos centros e nas periferias, convergem para a manutenção do referido padrão e, se apregoam que esse modelo trará benefícios para todos os estratos da população em nível mundial, não passa de um engodo ideológico necessário para continuarem atuando politicamente nessa direção e para convencer as demais camadas sociais da inevitabilidade dos moldes vigentes de organização da vida econômica. A segunda alternativa, de ampliação das oportunidades econômicas dentro dos marcos estruturais do capitalismo dependente, pode trazer mudanças sociais de grande impacto no longo prazo, a exemplo da política de interiorização e democratização do ensino universitário no Brasil iniciada no Governo Lula e prolongada na presidência de Dilma Rousseff. Mas é possível que as transformações construtivas daí resultantes tenham seus efeitos mitigados ou mesmo anulados, a julgar pelas dificuldades das forças sociais progressistas de quebrar o montante de privilégios que permeia a estrutura de classes na sociedade brasileira. A possibilidade de um retrocesso conservador aí não poderá

ser descartada. A tentativa de socializar o produto social sob o capitalismo apresenta limites estruturais e ela se esgota a partir de suas inúmeras e sucessivas crises de reprodução. O ideal de colaboração entre classes, com uma aparente forte aceitação nos estratos médios da população, apenas ilusoriamente poderá conduzir aos objetivos de um desenvolvimento nacional autônomo. A última alternativa seria a única capaz de sustentar o projeto político de um desenvolvimento social capaz de atingir o grosso da população, dentro do capitalismo quebrando sua estrutura de classes sociais concentradora de riquezas e aumentando os investimentos sociais em educação, saúde, ciência e tecnologia de modo a atender as necessidades de integração da economia nacional, e contra o capitalismo construindo novas formas de recompensa social da atividade econômica baseada no estímulo moral e na troca solidária entre nações que sofrem os dilemas do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente. A autonomia seria dada pela possibilidade de decidir os rumos da economia contra as determinações dos conglomerados internacionais e dos organismos financeiros mundiais (FMI, Bando Mundial etc.), reorientando os gastos, investimentos e redistribuição da produção social em direção às necessidades das camadas populares. Essa última opção seria a de Florestan Fernandes, podendo ser aprofundada nas condições políticas de uma democracia popular de caráter radical ou nos regimes de transição socialista. Tal não se poderia dar, contudo, dentro dos marcos de um só país e, sim, de alianças anticapitalistas no plano internacional entre movimentos sociais contestatórias de diversas nações.

Na perspectiva de Florestan Fernandes, na qual se encaixa a última das alternativas políticas e ideológicas apontadas acima, o subdesenvolvimento é fruto da situação de dependência. Não eliminada a dependência ou heteronomia, não haveria como conquistar um novo patamar de desenvolvimento, de tipo autônomo, igualitário e com justiça social. “[...] o subdesenvolvimento explica-se, objetivamente pelas condições de dependência ou de heteronomia econômica. Mercados e economias capitalistas, construídos para serem operados como satélites, organizam-se e evoluem segundo as regras e as possibilidades do capitalismo dependente”; [...] o subdesenvolvimento não é um estado produzido e mantido *a partir de dentro*, mas gerado, condicionado e regulado *a partir de fora*, por fatores estruturais e de conjuntura do mercado mundial”; “[...] a ruptura do subdesenvolvimento se identifica com o repúdio ao capitalismo dependente e só pode desencadear-se, em condições econômicas internas ‘favoráveis’ ou ‘desfavoráveis’, *a partir de dentro*” (Fernandes, 2008c[1967]: 55). Sob esse prisma, o subdesenvolvimento seria uma realidade persistente dentro das condições do capitalismo dependente e, mesmo superado o patamar de pobreza absoluta, outras condições típicas do subdesenvolvimento em sua forma clássica podem se reproduzir de maneiras diversas nas economias dependentes de maior potencial produtivo, como é o caso do Brasil, da Argentina e do Chile. Não se estaria diante de nações “emergentes” ou “em desenvolvimento”, mas diante de um padrão típico de subdesenvolvimento capitalista que se reproduz em escala ampliada devido à manutenção da dependência aos dinamismos da economia mundial e seus centros hegemônicos de poder. É assim que a ausência de integração da economia nacional, voltada para o atendimento de interesses externos (o que, por sua vez, prejudica a infra-estrutura interna), e o não acesso aos direitos básicos de habitação, educação, saúde e participação política nas decisões dos rumos da nação indicam situações de subdesenvolvimento relativo – o que estaria muito distante de uma situação, como seria típico de um autêntico *desenvolvimento social*, de correção das desigualdades sociais e democratização das estruturas de distribuição da riqueza, do prestígio, da cultura e do poder. Daí se pode entender o teor socialista e aparentemente sectário das posições assumidas por Fernandes nas décadas de 1980 e 90, segundo as quais o processo atual da *revolução brasileira* não seria tão-somente o da realização de uma “revolução dentro da ordem” ou de civilização da sociedade civil, isto é, de reformas que se circunscrevem aos horizontes da ordem capitalista. O acúmulo de tensões, e de dívidas históricas não pagas pelas elites das classes dominantes aos trabalhadores e às massas espoliadas, traz a possibilidade de que o desencadeamento de reformas radicais dentro do capitalismo possa deter um nítido caráter anticapitalista. Uma autêntica “revolução dentro da ordem” serviria como um momento de desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores e das demais camadas populares, podendo tornar-se, no curto prazo, uma verdadeira “revolução contra a ordem”. Escrevendo no contexto da

chamada “Nova República”⁴ e tomando, portanto, o Brasil como referência, ele diria que dar respostas à *revolução dentro da ordem* e avançar nela – “a revolução que a burguesia não precisou fazer e dirigir; e contra a qual ela se colocou com toda a tenacidade” – não implicaria “a aniquilação do anseio revolucionário que a gravitação da classe operária disseminou na sociedade civil e fora dela (especialmente na massa dos oprimidos e espoliados)” e, sim, a mudança de qualidade dessa revolução, de modo a “convertê-la, com o andar do tempo, em revolução contra a ordem” (Fernandes, 1986: 84). A idéia de tornar a revolução permanente não era, para Fernandes, uma mera fórmula abstrata ou adaptação de uma categoria que veio de Marx e depois desenvolvida por Trotsky no contexto da revolução russa de 1905. Na verdade, a contra-revolução preventiva e permanente em escala mundial, e nos países da periferia, a qual tenta impedir as reformas progressistas da sociedade a todo custo, mesmo que elas fiquem limitadas a uma órbita burguesa, aguça as contradições e transformam reivindicações, no início de cunho estritamente capitalista, em bandeiras de luta potencialmente destrutivas da ordem da dominação inerente ao capitalismo dependente. Levando até as últimas conseqüências esse raciocínio de Florestan Fernandes e se pegarmos o exemplo da reforma agrária, esta não teria mais um conteúdo capitalista, mas, dados os vínculos da propriedade fundiária com os dinamismos do mercado mundial, o agronegócio e os conglomerados internacionais, ela já teria um caráter anticapitalista e socialista de repúdio à propriedade privada e aos mecanismos complexos de submissão nacional à dominação externa (das classes burguesas nacionais e estrangeiras) sob o capitalismo dependente. Há, portanto, um conteúdo proletário nítido na revolução democrática dentro do capitalismo, desde que os trabalhadores conquistem espaço para avançar e aprofundar a revolução e evitar que ela se transforme numa “reforma capitalista do capitalismo”. Talvez seja esse o sentido da fórmula aparentemente ambígua de Florestan Fernandes (1986: 59), quando ele arrisca em dizer que a revolução democrática não será burguesa, mas “uma revolução burguesa e democrática”, a qual se voltaria contra o subdesenvolvimento e o capitalismo dependente. As idéias de Florestan Fernandes passam a assumir um forte tom de militância socialista a partir da década de 1970, por isso a sua categoria de capitalismo dependente não pode ser plenamente compreendida sem levar em conta seu esforço de produção original de um marxismo latino-americano. O penúltimo tópico do presente artigo será dedicado a destacar alguns aspectos dessa tarefa intelectual e militante, socialista, do sociólogo brasileiro.

Florestan Fernandes e o marxismo latino-americano

Um breve esboço histórico do diálogo de Florestan Fernandes com a tradição de pensamento marxista seria útil para a compreensão da perspectiva metodológica a partir da qual foi produzida a categoria de *capitalismo dependente*. De igual maneira, tal digressão ajudaria a elucidar as escolhas políticas do autor que, sustentadas em sua visão sociológica da realidade brasileira, descartava as soluções de conciliação de classe aventadas pela demagogia populista e pelas mais variadas versões da ideologia nacional-desenvolvimentista. É assim que, na década de 1980, depositava suas esperanças de uma verdadeira revolução democrática na sociedade brasileira em uma aliança entre as classes trabalhadoras e as massas despossuídas. No entanto, sua ligação mais forte com o marxismo se inicia em 1943, quando se tornou militante do Partido Socialista Revolucionário (PSR), pequeno agrupamento trotskista, seção da IV Internacional no Brasil. O Partido Socialista Revolucionário se dedicava a uma atividade teórica de tradução e divulgação de clássicos do marxismo. Florestan Fernandes ficou encarregado de traduzir e prefaciar o livro *A crítica da economia política*, de Marx. Esse trabalho saiu em 1946 pela editora Flama e apenas parte da longa introdução redigida por Florestan Fernandes foi então reproduzida, com o texto completo podendo atualmente ser consultado em *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1976). Tal experiência de militância política, embora efêmera, seria decisiva para a construção de certos aspectos das posições teóricas de Fernandes no conjunto das ciências sociais, sendo responsável pela delimitação por

⁴ A chamada Nova República foi o período histórico de transição democrática no Brasil, após o término da ditadura civil-militar (1964-1985). Florestan Fernandes possuía uma visão bastante crítica da assim dita transição democrática, argumentando que a ditadura havia criado as condições para se prolongar e sobreviver nas instituições públicas. Por isso ele sempre falava de *Nova República* entre aspas.

ele avançada, em meados da década de 50, dos campos da sociologia diferencial (ou histórica) e da sociologia aplicada. O método dialético, com sua exigência de combinação entre teoria e prática, já teria sido aí assimilado por Florestan Fernandes e incorporado a algumas dimensões de seu pensamento sociológico. Os frutos dessa sua reflexão podem também ser examinados na segunda parte de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1978), em que a herança metodológica de Marx foi confrontada com as tradições da sociologia clássica derivadas de Durkheim e Weber. Nesse momento, a preocupação com as idéias de Marx era mais acadêmica, embora o horizonte político do socialista aí não estivesse ausente. Aliás, na trajetória intelectual de Florestan Fernandes é difícil estabelecer separações entre o acadêmico e sociólogo, de um lado, e o militante e socialista, de outro. Contudo, a dimensão política irá ganhar o primeiro plano depois de 1969, quando Fernandes, aposentado compulsoriamente pela aplicação do AI-5 à USP, se torna professor na Universidade de Toronto e passa a se declarar explicitamente um sociólogo marxista. “Eu só me tornei abertamente um professor marxista quando eu fui para o Canadá. Aí já tinha rompido com as instituições. No Canadá, eu polarizei” (Fernandes *apud* Soares, 1997: 78). Foi nesse período também que Florestan Fernandes se lançou ao estudo dos processos revolucionários ocorridos na Rússia, China e Cuba, procurou aprofundar seus conhecimentos sobre o tipo de capitalismo dependente surgido na América Latina e se debruçou no estudo dos clássicos do marxismo, tendo organizado e introduzido uma coletânea de textos políticos de Lênin, depois publicada pela editora Ática (1989b[1978]). Esse é um momento privilegiado, portanto, para tentarmos delimitar as matrizes marxistas do pensamento sociológico de Florestan Fernandes, estabelecendo algumas relações com sua visão de América Latina.

A utilização do método dialético por Florestan Fernandes, como já se pode notar no seu prefácio de *A crítica da economia política*, de 1946, se baseava no emprego complementar dos métodos de *análise* e *síntese*, de modo que a articulação lógica dos conceitos representativos do mundo social fosse capaz de reconstruir a realidade em perspectiva histórica. A abordagem lógica não excluiria o histórico. A ordem inerente à vida social deveria ser apreendida tanto no seu fluxo contínuo de transformação histórica, como naqueles caracteres específicos que diferenciam uma determinada sociedade de outras estruturas sociais semelhantes. Daí a designação de *sociologia diferencial* ou *histórica* para aquele aspecto do pensamento sociológico de Florestan Fernandes mais próximo do marxismo. A ênfase maior, nos anos 70, passará a ser nas pesquisas histórico-sociológicas ligadas à sociologia diferencial. No prefácio à segunda edição de *A revolução burguesa no Brasil*, escrito em 1976, ele iria dizer sobre a sociologia diferencial: “Se me volto, de modo tão incisivo, para os processos de longa duração, faço isso porque esse é o traço *sine qua non* da sociologia diferencial (ou histórica), de Marx aos nossos dias” (Fernandes, 2000: 1505). A interpretação do contexto social não poderia ser dissociada da perspectiva histórica: “uma sociologia destituída de quadros históricos e desinteressada da interpretação do contexto histórico nada tem a ver com o que poderia chamar de *minha* ‘prática sociológica’” (Fernandes, 2000: 1505). O exemplo máximo de aplicação da sociologia diferencial ou histórica à compreensão política da formação social brasileira se deu em *A revolução burguesa no Brasil*⁵, evidenciando-se aqui que sua produção intelectual passou a se voltar mais intensamente para o intuito de delinear as possibilidades futuras de conservação ou alteração da ordem social. O livro *A revolução burguesa no Brasil* é um marco decisivo no pensamento político de Florestan Fernandes e na radicalização de sua visão sociológica em direção ao socialismo: “Trata-se de um ensaio livre, que não poderia escrever, se não fosse sociólogo. Mas que põe em primeiro plano as frustrações e as esperanças de um socialista militante” (Fernandes, 2000: 1500). Foi justamente o marxismo o elemento-chave para entender essa perspectiva teórica de Florestan Fernandes, a qual se voltava para a combinação de interpretação, negação e alteração de uma realidade por ele considerada injusta: “trata-se de equacionar, sociologicamente, a negação de um presente indesejável” (Fernandes, 2000: 1506). O intento de estudar concretamente os caracteres específicos da formação social brasileira, delineando-se o que ele chamava de capitalismo dependente, estava, portanto, acompanhado do propósito de contribuir para a luta socialista no Brasil. A influência decisiva da leitura dos escritos de Marx, Engels

⁵ “Se *A Revolução Burguesa no Brasil* tem algum mérito, ele está aí, pois o livro traduz o que entendo por sociologia diferencial e como gostaria de vê-la cultivada por outros sociólogos” (Fernandes, 2000: 1505).

e Lênin foi fundamental para essa reviravolta política, ao mesmo tempo prática e teórica, de Florestan Fernandes. A seguir serão acompanhados alguns dos passos gerais desse momento privilegiado de construção original e autônoma do marxismo em solo histórico brasileiro e latino-americano.

Após sua aposentadoria compulsória, em 1969, a ida de Florestan Fernandes para o Canadá coincidiu com uma maior aproximação com investigações sociológicas sobre a América Latina. Os ensaios então produzidos, à época em que era professor da Universidade de Toronto, apresentavam como temáticas principais as características do tipo de fascismo na América Latina e os processos guerrilheiros. A esse respeito, os dois ensaios iniciais de *Poder e contrapoder na América Latina* (1981), intitulados respectivamente “Notas sobre o fascismo na América Latina” (escrito em 1971) e “Os movimentos de guerrilha contemporâneos e a ordem política na América Latina”, composto de notas redigidas entre 1970 e 71, podem ser lidos como exemplos de tentativas avançadas por Fernandes de elaborar em termos históricos e concretos, isto é, como “sínteses de múltiplas determinações”, categorias políticas e sociológicas adequadas à interpretação de uma formação social específica. O próprio conceito de capitalismo dependente começava a receber uma articulação teórica mais nítida e aprofundada nesse período, sinal de que a perspectiva dialética nas interpretações sociológicas de nosso autor alcançava uma ênfase cada vez maior. Os textos contidos em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*⁶ (2009[1973]), escritos entre 1969 e 71, já antecipavam análises que estariam contidas na terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil* (1975). O engajamento político de Florestan Fernandes se tornaria explícito nessa época, ao se propor a delinear as tarefas da *intelligentsia* crítica e militante no contexto histórico das ditaduras militares na América Latina⁷. O estudo das revoluções socialistas na Rússia, China e Cuba também iria ocupar o tempo livre de Florestan Fernandes durante sua permanência de três anos na Universidade de Toronto (Fernandes, 1980b: 204). Outro aspecto importante de sua aproximação com a América Latina pode ser notada pelo diálogo com tradições do pensamento revolucionário latino-americano, em especial com a visão anticolonial e antiimperialista de José Martí e o marxismo de José Carlos Mariátegui⁸. Florestan Fernandes também iria entrar em contato com a produção crítica de outros cientistas sociais latino-americanos, cujos trabalhos estavam voltados para a apreensão da lógica da dominação política e exploração de tipo colonial, semicolonial e dependente, ainda persistente nos países de América Latina. Como lembra Heloísa Fernandes (2008: 21-22), dentre esses cientistas sociais, com os quais iria travar um debate crítico e dos mais ricos na década de 1970, pode-se citar Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen (México), Orlando Fals Borda (Colômbia), Aníbal Quijano (Peru), José Nun (Argentina), Julio Le Riverend (Cuba) e Gérard Pierre-Charles (Haiti). No Brasil, o desenvolvimento de suas orientações marxistas iria caminhar lado a lado com a crítica às limitações das teses dos comunistas brasileiros sobre o caráter democrático e antiimperialista da burguesia nacional, convergindo nesse aspecto particular com os pontos de vista do historiador Caio Prado Jr., o qual na década de 1930 já havia avançado uma interpretação original do passado colonial brasileiro a partir dos recursos teóricos e metodológicos do marxismo. Esse esforço constante de adequação da teoria sociológica às condições concretas do Brasil e América Latina define a perspectiva marxista de Florestan Fernandes e o modo como delineou suas reflexões sobre o capitalismo dependente.

O trabalho de divulgação de clássicos do pensamento marxista também seguiria essa linha política de produzir uma perspectiva autônoma na América Latina. A esse respeito, o estudo da obra de Lênin, realizado no início dos anos 70⁹, o qual iria dar origem a um dos volumes da Coleção Grandes Cientistas

⁶ Os títulos dos três ensaios reunidos nesse livro são “Padrões de dominação externa na América Latina”, “Classes sociais na América Latina” e “Sociologia, modernização autônoma e revolução social”.

⁷ Ver o terceiro capítulo de *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”* (2010a[1976]), cuja problemática se volta justamente para a tentativa de equacionar, sociologicamente, o papel do intelectual militante que se colocava contra a dominação burguesa sob o capitalismo dependente. O ensaio, intitulado “A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina”, foi escrito entre 1969 e 70, tendo servido como base de uma conferência pronunciada na Universidade de Toronto.

⁸ Héctor Alimonda iria dizer, por exemplo, que em *A revolução burguesa no Brasil*, “Florestan Fernandes utiliza propostas de Mariátegui” (Alimonda, 1983: 86) na interpretação dos caracteres específicos do capitalismo dependente no Brasil.

⁹ A introdução à coletânea de escritos de Lênin, embora só tenha sido publicada no final da década de 1970, foi finalizada bem antes, no ano de 1973. Essa data é confirmada pela carta por ele endereçada a Barbara Freitag e remetida de São Paulo na data

Sociais, deve ser considerado nesse contexto mais amplo de construção, por parte de Florestan Fernandes, de um marxismo enraizado em solo histórico brasileiro. Eram fortes as suas críticas ao que ele percebia como um colonialismo mental à esquerda¹⁰, isto é, uma espécie de cultivo dos teóricos marxistas importados da Europa ou Estados Unidos, de maior notoriedade em dado momento, sem que isso significasse uma tentativa de delineamento dos caminhos do processo revolucionário no Brasil. O empenho, ao contrário, deveria consistir na busca de um modelo de revolução próprio aos países de capitalismo dependente e subdesenvolvidos, de origem colonial, como o Brasil e as demais nações da América Latina. Daí a comparação inicial com a China e a superação em direção a uma concretização maior das características da revolução brasileira, cujos requisitos seriam mais difíceis de engendrar devido às especificidades do capitalismo monopolista e da guerra atual. Num texto publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Florestan Fernandes iria traçar os caminhos da construção de uma teoria revolucionária adequada ao Brasil e outros países latino-americanos:

“[...] não adianta pensar no passado revolucionário de outras nações. Antes eu acreditava que, para o Brasil, o modelo de revolução seria o chinês, por causa de certas condições: grande massa agrícola, a migração para a cidade, a densidade proletária de algumas metrópoles, provocando descontinuidades muito grandes entre regiões, o domínio lingüístico e total das elites das classes dominantes, que equivalem ao do senhor feudal chinês, senhor da guerra. Cheguei a pensar que esse era o ‘modelo’, pois permitia garantir a hegemonia operária, associar a guerrilha ao Exército e basear a revolução na guerra prolongada! Mas logo ficou claro que semelhante opção seria impraticável. As revoluções que ocorreram na ciência e na tecnologia, que produziram a automação, os computadores, a energia nuclear e os meios de guerra, que foram aplicados no Japão (e, ainda agora, no Iraque), evidenciavam que a questão não se punha na repetição de um modelo explorado, porém em atinar com um modelo novo, adequado ao Brasil, à América Latina e aos requisitos da guerra atual” (Fernandes, 1995: 239-40).

É por esses motivos que a assimilação principal que fará Florestan Fernandes do marxismo se dá em termos do resgate da concepção de revolução ou da edificação de uma teoria revolucionária. A leitura detida dos clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e outros) e dos teóricos marxistas mais atuais possuiria, no caso, esse objetivo mais fundamental de pensar as especificidades da revolução socialista no Brasil e na América Latina. Florestan Fernandes não se limitava a fazer uma exegese escolástica ou acadêmica de Marx. Na verdade, tal orientação lhe seria inteiramente estranha. Se observarmos as introduções e as seleções de texto para os dois volumes por ele organizados na Coleção Grandes Cientistas Sociais, aquele já mencionado sobre Lênin (na área de Política) e o de Marx/Engels¹¹ (no campo da História), as idéias giram em torno da perspectiva do marxismo sobre a apreensão das mudanças históricas em curso, em processo, *in flux*, e as tendências de transformação em direção ao futuro. Se o objetivo se volta para a apreensão dos caminhos da revolução brasileira, exigindo-se uma íntima imbricação entre teoria e práxis política contestatória da ordem

de 08/03/1973, na qual afirma: “Terminei a introdução do Livro de Leitura sobre o Lenine. Não fiz tudo o que queria... Dentro dessas limitações, dei conta do recado da melhor forma que me foi possível” (Fernandes *apud* Freitag, 1996: 158).

¹⁰ “O que acho errado é a *postura colonial* que grassa na direita, no centro e na esquerda. É algo tão visceral que em todas as posições nós encontramos a mesma realidade. Quanto à esquerda é fácil apontar os parâmetros externos. Basta olhar ali naquela estante, atrás de vocês, lá estão Lukács, Althusser, Sartre, Goldman, Gramsci, Lefort, Castoriades, Benjamin! Em pouco mais de duas décadas os nossos ‘esquerdistas’ adoraram vários deuses e rezaram diante de vários altares, percorrendo todos os cultos consagrados pela esquerda dos países centrais. [...] Aí se revela o ‘colonizado ingênuo’, satisfeito com sua selvageria.

[...] com relação a Lukács, com relação a Sartre, Althusser etc., eu não tenho nada contra eles; ao contrário! Eu estou dentro da órbita dos pensamentos deles. Eu só sou contra a moda, contra o fato deles serem episódicos, em relação ao eixo e aos ciclos de ‘nosso’ pensar. Em dado momento, se exalta um deles. No momento seguinte, exalta-se outro. Trata-se de uma moda que gravita em torno dos centros culturais externos. Se surge uma moda em Paris ou em Nova Iorque, ela automaticamente é moda aqui. É quanto a isso que eu me insurjo.” (Fernandes, 1989a: 190 e 203).

¹¹ A coletânea Marx/Engels foi o único volume duplo (isto é, englobando dois autores) da Coleção Grandes Cientistas Sociais. Esse volume foi finalizado em 1983, ou seja, cem anos após o falecimento de Karl Marx, constituindo uma homenagem de Florestan Fernandes a quem ele considerava ser “um dos principais fundadores das ciências sociais” e “o maior teórico do movimento operário europeu e do comunismo revolucionário” (Fernandes, 1989c: 7).

capitalista, vale recuperar no marxismo os momentos cruciais de desenvolvimento de uma *teoria revolucionária*. O importante, portanto, é saber como o método dialético seria capaz de fornecer os elementos necessários à elucidação do curso histórico provável dos acontecimentos políticos ou das alternativas postas à disposição de grupos revolucionários, dadas certas condições e correlações de força entre as classes sociais, de modo a se organizar um amplo movimento de contestação e destruição da dominação burguesa e da ordem capitalista.

Os aspectos tratados por Florestan Fernandes nas suas duas introduções das coletâneas de escritos de Lênin e Marx/Engels são justamente os que enfatizam a construção do materialismo histórico como uma teoria revolucionária. Esse objetivo é patente na coletânea sobre a concepção de ciência histórica em Marx e Engels. Já em relação a Lênin, o intuito era o de desvendar as dimensões de seu pensamento político e situar suas contribuições para as ciências sociais. Em ambos os trabalhos, porém, o que há de comum pode ser resumido na idéia de que o marxismo desenvolve um padrão integrativo de ciência ou de conhecimento sócio-histórico e político, envolvendo a apreensão de diferentes níveis interdependentes da realidade (o econômico, o social, o histórico, o político, o cultural etc.) e a junção entre teoria e prática. Tratava-se de destacar o caráter instrumental da ciência a serviço da revolução social. Nesse sentido, a capacidade de apanhar a história em processo era vital para questionar se um dado direcionamento da ação política poderia ter eficiência no aprofundamento da revolução democrática e na construção do socialismo. O que é central na sua interpretação das idéias de Lênin sobre a política, de um lado, e as de Marx e Engels sobre a história, de outro, é o objetivo da revolução, ou seja, de mudança radical da estrutura social existente sob o capitalismo. Essa revolução poderia ser caracterizada tanto como uma revolução de cunho especificamente burguês, democrático-burguesa ou “revolução dentro da ordem”, como quanto uma revolução socialista, de caráter anti-burguês ou “revolução contra a ordem”. O contexto concreto de cada situação é que poderia dizer qual seria o momento da revolução burguesa, se essa ainda possuía potencialidades históricas, ou se ela já se teria esgotado e seria o momento da revolução socialista ou contra a ordem capitalista. Na verdade, o que importava perceber era o caráter permanente desse processo e a necessidade de articular esses dois momentos, passando o mais rapidamente possível da “revolução dentro da ordem” para a “revolução contra a ordem”. A teoria da revolução estaria correta, ou parcialmente correta, se ele permitisse organizar um movimento que se aproximasse de tais objetivos. O teste da previsão histórica, possibilitada pela teoria, era dado, portanto, no terreno prático. Essa perspectiva Florestan Fernandes foi buscar no materialismo histórico e a base de suas reflexões se encontra no estudo aprofundado das obras de Marx, Engels e Lênin. Várias passagens das duas coletâneas acima referidas corroboram tais afirmações, porém seria desnecessário citá-las exaustivamente¹². As idéias agora apresentadas pretenderam ser apenas um resumo geral do modo pelo qual Florestan Fernandes assimilou o método dialético e a visão de mundo revolucionária do marxismo como referências teóricas para sua caracterização do capitalismo dependente.

A colocação de Florestan Fernandes dentro da tradição marxista explica a íntima imbricação entre sua análise concreta da formação social brasileira, sob os marcos teóricos do *capitalismo dependente*, e a perspectiva socialista de uma revolução democrática, baseada nas classes trabalhadoras e nas massas despossuídas. Na verdade, a orientação socialista já se tornara um dos elementos fundamentais do horizonte sociológico de Fernandes entre as décadas de 1970 e 90. Daí rejeitar as soluções de conciliação entre classes, típicas do populismo e do nacional-desenvolvimentismo. Em outras palavras, a análise por ele avançada da formação social brasileira não teve o intuito acadêmico de apenas caminhar no conhecimento da realidade. O estudo por ele feito sobre a revolução burguesa no Brasil deu margem para que as forças sociais potencialmente revolucionárias, isto é, capazes de transformar a “revolução dentro da ordem” numa “revolução contra a ordem”, fossem identificadas. Em termos bastante gerais e aproximativos, pode-se dizer que Florestan Fernandes apontou essas forças como uma junção explosiva

¹² Apenas a título de exemplo, o seguinte comentário de Florestan Fernandes sobre Lênin aponta para a exigência marxista de íntima imbricação entre conhecimento científico e práxis revolucionária: “A análise objetiva põe em evidência *o que está em devir, o que será*, em um espaço maior ou menor de tempo, ou seja, leva a uma previsão de ordem prática, a qual, se for politicamente verdadeira, será por sua vez confirmada pela aceitação das massas e pelas transformações conseguidas” (Fernandes, 1989b: 44).

entre *classe* e *massas*, com estas se referindo aos espoliados, os despossuídos e os condenados da terra. Como ele iria dizer ao longo de todos os anos 80, de certo modo se antecipando ao radicalismo dos movimentos sociais da atualidade, que compreenderam a necessidade de fundir *classes trabalhadoras* e *massas*, esta constitui a possibilidade prática mais consistente de negação da ordem existente sob o capitalismo dependente:

“A negação da ordem existente, que procede da conjunção e da união da massa dos excluídos com a classe dos trabalhadores, incide diretamente nos dois planos da história: o das estruturas e o da conjuntura. [...] Há uma revolução silenciosa em marcha, uma revolução ligada aos deslocamentos internos de milhões de miseráveis, que esfacelam pura e simplesmente a ordem existente (a qual não se move para absorvê-los – pois não tem como!), vinculando entre si várias formas de população excedente, o exército ativo dos trabalhadores e o imenso, incontável, exército industrial de reserva. Uma história que parece sem bússola, mas que caminha rapidamente na direção de uma *sociedade nova*, como produção social dos oprimidos” (Fernandes, 1986: 82).

Essa é a perspectiva socialista de Florestan Fernandes sobre o Brasil, embasada em suas análises concretas da situação concreta, a alma e a essência do marxismo segundo Lênin, constituindo agora o desafio dos movimentos sociais em combinar no terreno da *práxis revolucionária* essas duas forças históricas explosivas, a *classe* e as *massas*. As idéias de Florestan Fernandes, ao apontar outros elementos fundamentais além dos dois aqui mencionados, como o caráter explosivo da *raça*, se fazem indispensáveis para o ideário político e a prática concreta dos movimentos sociais de contestação da ordem atualmente existente sob o *capitalismo dependente*. O caráter historicamente orgânico da sociologia de Florestan Fernandes (isto é, sua capacidade de dar conta das aspirações políticas das forças sociais de transformação da ordem capitalista) se expressa na assimilação, por parte dos movimentos sociais contemporâneos na sociedade brasileira, das suas idéias e sua obra como um meio de desvendar os dilemas sociais do Brasil, da América Latina e do capitalismo dependente. A última parte do trabalho será uma tentativa de estender as categorias teóricas abordadas ao longo de todo o texto para a interpretação da realidade específica do Recôncavo Baiano, levando em conta suas contradições de classe e os dilemas enfrentados pelas camadas populares diante do processo de implantação do Pólo Naval na Baía de Todos os Santos.

O Recôncavo Baiano e o Pólo Naval: dilemas do capitalismo dependente

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), durante sua reunião regional em setembro de 2010, na cidade de Cruz das Almas-BA, realizou debates em torno da situação do Recôncavo da Bahia. No dia 15 de setembro, o autor do presente artigo participou da mesa-redonda “Classes, desigualdades e condições históricas do trabalho no Recôncavo”, em que abordou aspectos sociais, históricos e políticos das relações de classes a partir das referências teóricas da sociologia da exploração de Pablo González Casanova e da categoria de capitalismo dependente de Florestan Fernandes. Tais aspectos foram focalizados à luz do processo de implantação do Pólo Naval, destinado à construção de estaleiros, de plataformas petrolíferas e de petroleiros no Recôncavo Baiano. O texto a seguir, devido às circunstâncias de sua produção tendo em vista o diálogo com o público, foi escrito em primeira pessoa e resume as idéias essenciais debatidas na ocasião. Na verdade, ele sintetiza o roteiro da exposição preparada para a referida mesa-redonda. Não se trata, entretanto, de idéias elaboradas com base numa pesquisa sociológica sistemática, mas de uma primeira tentativa de aproximação teórica ao tema. A partir de agora segue uma versão reduzida do roteiro de exposição.

O que pretendo fazer aqui é delinear os parâmetros teóricos, conceituais e metodológicos de uma sociologia da exploração, apontando como essa sociologia nos leva a refletir criticamente sobre as desigualdades sociais, as classes sociais e as relações de trabalho no Recôncavo, uma região que está passando por profundas transformações em decorrência da implantação do Pólo Naval. Essas transformações trarão conseqüências negativas para os setores populares, as comunidades tradicionais e os movimentos de pescadores, os quilombolas, as marisqueiras etc. Vamos optar por um apego irracional ao que chamamos de progresso ou desenvolvimento, ou vamos preservar o direito dessa gente e respeitar

seus modos de vida? Quais são os interesses de classe entre os grupos que sustentam e apóiam a implantação do Pólo Naval? Haverá alternativas para aquelas comunidades ou elas serão tragadas violentamente pelo que, por um eufemismo político e ideológico, chamamos de desenvolvimento? O que está havendo, a meu ver, e isso já vem se concretizando historicamente é uma intensificação da exploração capitalista e essa exploração vem se combinando com formas tradicionais de exploração e de dominação. Para não deixar a exposição muito solta, irei dizer o que entendo por sociologia da exploração e, a partir disso, levantar hipóteses pertinentes ao Recôncavo Baiano. Espero que eu possa trazer alguma contribuição, mesmo que modesta, e que eu possa sair enriquecido desse debate e que possa receber do público críticas e sugestões que me permitam avançar no conhecimento político e numa maior compreensão crítica da região do Recôncavo.

Essa expressão sociologia da exploração não é minha. Ela foi proposta pelo sociólogo mexicano Pablo González Casanova (2006), que publicou em 1969 um livro com esse título. A preocupação desse autor é atualizar a teoria da exploração existente em Marx e adaptá-la às condições concretas das formações sociais que combinam relações de produção capitalistas e não capitalistas. Ele procura apontar, no caso dos países de origem colonial, periféricos e de economia dependente, como se reforçam diferentes tipos de exploração da força de trabalho, a de tipo especificamente capitalista, baseada na mais-valia relativa, e as de tipo pré-capitalistas, subcapitalistas, coloniais, neocoloniais, racistas e interétnicas. Esse processo faria parte da expansão do capitalismo em escala mundial e do reforço da dominação imperialista das nações centrais, que seriam a sede dos grandes conglomerados internacionais e das multinacionais monopolistas. Tal expansão criaria uma situação de desenvolvimento desigual e combinado, em que a concentração da riqueza para alguns setores, regiões e classes sociais é acompanhada da produção de pobreza, depreciação da qualidade de vida, exploração, marginalização, dominação política e empobrecimento cultural das camadas populares e diversas frações das classes trabalhadoras. O desenvolvimento capitalista está longe da idéia de universalização dos direitos sociais e, na sua lógica de acumulação de capital, poderá conservar muitos elementos atrasados das relações de trabalho não contratuais e da dominação política de cunho autoritário, patriarcalista e clientelista. Essa modalidade de modernização conservadora já é bastante conhecida no Brasil e América Latina, por isso não me cabe aqui reconstruir uma situação tão detalhadamente pesquisada em obras de história, sociologia, antropologia e ciência política. Algo que eu gostaria de enfatizar, já adiantando uma primeira hipótese, é que a penetração maciça do grande capital no Recôncavo, sob as formas do agronegócio (na produção do açúcar e no cultivo de camarão), da construção civil, das atividades navais, portuárias e petrolíferas, irá intensificar o nível de pobreza absoluta e relativa entre as classes sociais dessa região. Não é o objetivo desses empreendimentos um desenvolvimento social equilibrado e daí sua indiferença à construção de alternativas para as comunidades tradicionais, de pescadores e dos grupos quilombolas. Outra característica da combinação entre formas de exploração capitalistas e não-capitalistas é que a estrutura sócio-econômica de origem colonial, baseada no latifúndio e na subordinação dos minifúndios, na produção monocultora indiferente às necessidades das populações locais, será reforçada e reproduzida em bases ampliadas. O desenvolvimento capitalista combina o velho e o novo, unindo o que há de mais arcaico em termos de relações sociais, a discriminação racial e de classe, a submissão do homem pobre, o mandonismo dos grupos políticos e empresariais que sustentam a exploração da força de trabalho, com o que haveria de mais moderno em termos de modernização empresarial, econômica e tecnológica. O novo tipo de sociedade de classes que está emergindo no Recôncavo irá combinar exploração capitalista, nas formas combinadas da mais-valia relativa e absoluta, desenvolvimento e subdesenvolvimento, riqueza e pobreza, marginalização, colonialismo interno e conservação de formas de exploração pré-capitalistas no campo e cidade.

Não estou querendo pintar um quadro pessimista e catastrófico, mas se a correlação de forças entre as classes sociais, os políticos conservadores e clientelistas locais não se alterar em direções mais democráticas de participação popular, as condições de anomia social – para lembrarmos Durkheim – no Recôncavo, geradas pelo desemprego crônico da região e seu tradicional papel de fornecedora de mão de obra barata e não qualificada para a Região Metropolitana de Salvador, serão não apenas mais disseminadas em escala numérica, mas agravadas e potencializadas em função do que isso representa para

o aumento das desigualdades sociais, do fosso entre as classes sociais, as elites e a população pobre, das tensões raciais, do reforço dos privilégios estamentais das famílias poderosas locais agora aburguesadas, da mercantilização das relações sociais, da produção cultural, aliada aos estereótipos depreciadores da mulher numa sociedade machista e do negro numa sociedade ainda de forte ranço oligárquico e escravista, da folclorização de expressões autênticas da cultura e religião populares como meio de comercialização turística, sem que isso represente, de fato, o estímulo a uma produção artística autônoma e criadora de uma consciência crítica das condições de vida no Recôncavo. A dominação de classe também se serve do elemento cultural, que é hegemônico pela perspectiva das elites das classes dominantes, para quem é fundamental manter certos mitos e endossar as raízes de uma identidade brasileira de origem africana, mas sem que isso leve a combater as desigualdades sociais que se originam na discriminação racial. O mito da democracia racial, da miscigenação e pluralismo culturais entre negros, brancos e índios, corre paralelamente ao mito da baianidade e ambos encobrem profundas relações de exploração e dominação entre raças e classes. Tal situação serve ao padrão de expropriação e exploração típicas do capitalismo dependente, em que as riquezas são apropriadas pelas elites das classes dominantes nacionais e seus sócios internacionais. Seria vital, para esse tipo de exploração, que as camadas populares mantenassem-se em seu lugar e não desafiassem o padrão assimétrico de dominação sinalizado pela democracia restrita dos mais iguais, assim como o negro deveria ser mantido em seu lugar pelos brancos das elites das classes dominantes. Esse modelo de dominação foi chamado por Florestan Fernandes de *autocracia burguesa* e ele concorre para manter a ordem social no capitalismo dependente. Eu não teria muito tempo de aprofundar o exame dessas relações de produção, mas a perspectiva que assumo é a de que a chamada mais-valia relativa se torna hegemônica com a implantação do Pólo Naval, mas articula e reproduz formas diversas de exploração, pré e subcapitalistas, tirando proveito delas e integrando de modo desigual regiões diferentes, com ilhas de riqueza combinadas a oceanos de pobreza no Recôncavo Baiano. A região metropolitana de Salvador e outras regiões do País, que atuam como verdadeiros centros hegemônicos internos, também irão se beneficiar da pobreza socialmente produzida no Recôncavo. Há uma recriação da dependência e do colonialismo interno e do que tudo isso implica de exploração e desigualdades de raça e de classe. Apesar das mudanças históricas do Recôncavo, com certa diversificação da produção e do comércio, a penetração do grande capital, financeiro e industrial, recompõe em novas bases estruturas sociais e econômicas ainda bastante influenciadas pelo colonialismo e pelo capitalismo dependente. Acredito que o caminho para um tipo alternativo de desenvolvimento, justo e igualitário, só será possível se ampliarmos a participação popular e pautar os rumos das transformações econômicas, sociais e políticas pelo atendimento das necessidades mais gerais de nossa população, de saúde e educação, das diversas frações das classes trabalhadoras.

Referências bibliográficas

- ALIMONDA, Héctor. (1983), *José Carlos Mariátegui*. São Paulo, Brasiliense.
- FERNANDES, Florestan. (1966), *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus.
- _____ (1974), *Elementos de sociologia teórica*. 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- _____ (1976), *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3. ed. São Paulo, Pioneira.
- _____ (1978), *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos.
- _____ (1979a), *Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo, HUCITEC.
- _____ (1979b), *Mudanças sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo, DIFEL.
- _____ (1980a), *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo, Ática.
- _____ (1980b), *A sociologia no Brasil*. 2. ed. Petrópolis, Vozes.
- _____ (1986), *Nova República?* 3. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____ (1989a), *O desafio educacional*. São Paulo, Cortez/Autores Associados.
- _____ (1989b), "Introdução". In: FERNANDES, Florestan (org.). *Lênin*. 3. ed. São Paulo, Ática.
- _____ (1989c), "Introdução". In: FERNANDES, Florestan (org.). *Marx/Engels*. 3. ed. São Paulo, Ática.
- _____ (1995), *Em busca do socialismo: últimos escritos & outros ensaios*. São Paulo, Xamã.

- _____ (2000), “A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica”. In: SANTIAGO, Silviano (coord.), *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- _____ (2006), *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo.
- _____ (2007), *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global.
- _____ (2008a), *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Global.
- _____ (2008b), *Mudanças sociais no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global.
- _____ (2008c), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global.
- _____ (2009), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Globo.
- _____ (2010a), *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional*. São Paulo: Globo.
- _____ (2010b), *Florestan Fernandes: leituras e legados*. São Paulo: Global.
- FERNANDES, Heloisa. (2008), “Florestan Fernandes, un sociólogo socialista”. In: FERNANDES, Florestan. *Dominación y desigualdad: el dilema social latinoamericano*. Bogotá: Siglo del Hombre y CLACSO.
- FREITAG, Barbara (1996), “Florestan Fernandes por ele mesmo”, *Estudos Avançados*, São Paulo, 10(26): 129-72, jan./abr.
- GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. (2006), *Sociología de la explotación*. Buenos Aires: CLACSO.
- LE RIVEREND, Julio. (s/d), *Florestan Fernandes: la historia y la sociología como conciencia*.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (2005), “Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina”, *Sociologias*, Porto Alegre, 7(14), jul-dez, p. 110-129.
- SOARES, Eliane Veras. (1997), *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo, Cortez.